

O Gramscismo no Brasil¹

Sérgio A. de A. Coutinho*

RESUMO

Reprodução de palestra proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, revela a estratégia de Antônio Gramsci na luta pelo socialismo e aprecia a adesão a ela, no Brasil, por praticantes e simpatizantes da doutrina comunista, particularmente após o fracasso das teorias de Marx e Engel, reveladas com a dissolução da URSS.

PALAVRAS-CHAVE

Gramsci, Gramscismo, socialismo.

No final da década de 70, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vinha de uma frustrante e contundente derrota na sua segunda tentativa de tomada do poder no Brasil. Tanto na primeira investida (a *Intentona de 1935*), quanto na segunda (*via pacífica*), o partido seguiu o modelo marxista-leninista para chegar ao poder.

Havia uma certa perplexidade no interior do Partido que se questionava quanto à validade dos modelos leninistas de *asalto ao poder* e da *via-pacífica para o socialismo* (ou *etapista*), ambas mal sucedidas no Brasil. Além disso, havia ainda a má referência da imprudente e cruel opção pela luta armada de alguns grupos dissidentes

da orientação partidária que não conseguiram ir além do terrorismo urbano (1966 - 1973). Começaram então a aparecer os primeiros indícios de que alguns dirigentes do Partido passavam a se interessar pela estratégia de Gramsci já, de certa forma, revelada pelo eurocomunismo. *Como poderia, todavia, o Partido Comunista transpor mecanicamente para o Brasil uma doutrina que se preocupava, no seu tempo, em equacionar os caminhos a percorrer do fascismo à ditadura do proletariado e estabelecer qual o sistema de alianças a ser composto para atingir a meta intermediária de um governo democrático?* (Carlos I.S. Azambuja)

Com efeito, em 1973, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro realizou, com uma criativa manobra intelectual, a transposição para o Brasil da situa-

* General-de-Brigada.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

ção da Itália em 1930: aprovou uma Resolução em que definia o regime brasileiro como *fascista*. Assim propunha a formação de uma aliança *antifascista, incluindo todas as forças de esquerda e de oposição ao regime político vigente, tendo por objetivo a redemocratização* que lhe abrisse espaço para voltar à atividade política ostensiva e à luta pelo socialismo.

A partir dessa Resolução, o Partido passou a dar prioridade aos objetivos imediatos de: restauração da democracia; anistia e Assembléia Constituinte.

Evidentemente, a opção por essa linha de atuação não significava uma deliberada adesão à estratégia gramsciana, mas com ela coincidia de maneira interessante e indicativa, porque estava muito de acordo com o conceito de Gramsci referente ao *Intermezo* democrático burguês entre a queda da ditadura fascista e a ditadura do proletariado.

Indicativamente também a partir de 1972, pronunciamentos de destacados membros do Partido e artigos publicados nos jornais orgânicos e na imprensa diária passaram a conter freqüentes referências às *categorias* e idéias de Gramsci. Embora fossem significativas indicações de envolvimento de membros do Partido com as idéias de Gramsci, esta posição não era unânime.

A presença do PCB nas campanhas *populares* anteriores a 1979 não foi muito destacada porque em 1974 e 1975, os órgãos policiais e de segurança, depois de derrotar o terrorismo urbano e uma tentativa de implantação de guerrilha maoísta no país, voltaram-se finalmente contra ele, desorganizando severamente sua estrutura e atuação. Seus militantes foram presos

ou se refugiaram no exterior. Os remanescentes optaram pela clandestinidade ou pela infiltração no partido do Movimento Democrático (MDB), de oposição; tática da dupla-militância.

Quando, em 1979, o regime revolucionário de 1964 tomou a iniciativa da abertura política (revogação do Ato Institucional nº 5 e a decretação da Anistia), o Partido estava enfraquecido, principalmente depois da divergência entre Prestes, que regressara de Moscou, e os membros do Comitê Central, resultando no afastamento do velho líder ainda preso aos *dogmas* da Internacional soviética. Entretanto, a ortodoxia do próprio comitê central o levou também a hostilizar os membros de tendência gramsciana, o que acabou por fazer com que muitos deles se afastassem do Partido e buscassem outras organizações políticas, em particular o MDB e o Partido dos Trabalhadores (PT), recém criado.

A partir de 1980, embora ainda não legalizado, o PCB já podia atuar abertamente, com a complacência do regime que se encerrava ou por meio dos militantes que se acolheram em outros partidos. As campanhas eram então a de legalização do Partido e, em 1984, a de *diretas já*. Esta foi conduzida num amplo movimento não só das esquerdas, mas das oposições como um todo.

Em 1985, o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, finalmente entrando na legalidade. Nesse ano, pode-se dizer, iniciava-se o *interlúdio democrático burguês* como preconiza Gramsci.

Faltava ainda um passo decisivo: a convocação de uma Assembléia Constituinte. O objetivo foi facilmente viabilizado

no clima de abertura política, inaugurado com a posse do Presidente José Sarney.

A CONSTITUINTE E A REPUBLICA SOCIALISTA

O novo Congresso eleito em 1986 veio investido de poderes constituintes. É interessante recordar que o Presidente José Sarney tomou a iniciativa de nomear uma comissão de *Cem Notáveis* para elaborar um anteprojeto da nova Constituição. A proposta apresentada pela comissão foi de tal maneira, *esquerdizante* que o Presidente desistiu de submetê-la à Assembleia Constituinte. Esse fato demonstrou a extensão da opção marxista no meio intelectual brasileiro, nele incluído certamente uma parcela já marcante dos adeptos do pensamento de Gramsci.

No Congresso, os representantes constituintes de esquerda, de maneira despercebida e habilidosa, com a conivência de *socialistas* populistas, e com a omissão da maioria democrata descuidada, conseguiram ver aprovado um regimento da Assembleia em que a metodologia de elaboração da Carta lhes permitiria conduzir o *trabalho fracionável*, técnica de domínio de reuniões e assembléias pela minoria. No caso, o regimento aprovado criava um determinado número de *Comissões Temáticas*, tratando separadamente dos diversos conteúdos da Constituição. Em seguida, a matéria seria harmonizada, por conjuntos de assuntos afins, em uma *Comissão de Sistematização* e, finalmente, levada a plenário para votação, não por artigos, mas em bloco, impedindo emendas parciais. Era o *fracionamento* da assembléia de modo que a minoria tivesse domínio das co-

missões que lhes interessavam, abrindo mão das que lhes eram secundárias.

Além do mais, o regimento admitia *emendas populares* apresentadas diretamente pela *sociedade civil organizada*, isto é, por organizações de massa tais como sindicatos, associações de classe e movimentos populares. Era uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramsciana, que permitia às minorias ativas exercerem a *direção política*, a pressão e o *lobby*, impondo suas idéias e reivindicações, fazendo crer que expressavam a vontade nacional. Com a técnica do *trabalho fracionável* e de pressão de base, quase que a Constituinte é levada a aprovar um projeto parlamentarista e nitidamente socialista.

Quando essa manobra ficou evidente, a maioria democrática reagiu formando um bloco, o *Centrão*, que, a tempo, frustrou o intento das esquerdas. Mesmo assim, a Constituição promulgada em 1988 se caracterizou pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade *democrática* e pelas contradições conceituais. Como veio a se manifestar o próprio Presidente Sarney: *A Constituição torna o país ingovernável.*

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GRAMSCISMO

Em 1990 restava ainda um grupo importante de membros do partido adepto do gramscismo. Se a atuação da organização, desde 1979, não foi oficialmente nessa linha, sem dúvida foi por ela influenciada ou, no mínimo, com ela coincidente. Na verdade, os procedimentos políticos, que poderiam ter sido identificados como

gramscianos, eram próprios da fase *econômico-corporativa* e não seriam incompatíveis com as práticas marxistas-leninistas da equivalente fase *democrático-burguesa*. Certas práticas sugeridas eram até confundidas com atividades de *acumulação de forças* e de *trabalho de massa*.

Nessa época, a crise do comunismo soviético já se tornara explícita, desde que Gorbachev tentara a sua salvação com projeto reformador, a *Perestroika*. Culminou com o repentino colapso do regime soviético e a subsequente desarticulação dos regimes comunistas dos satélites do Leste Europeu. A velocidade dos acontecimentos, a debacle flagrante, a exposição das precariedades sociais e econômicas do Estado totalitário daqueles países demonstraram todo o fracasso do socialismo soviético e da ilusão do comunismo.

O PCB, de orientação soviética e de vinculação ao PCUS, evidentemente foi muito atingido pelo desastre. Diante da reviravolta do comunismo soviético, viu-se obrigado a rever posições e a tentar salvar seu projeto histórico, fazendo um esforço de sobrevivência e de elaboração de uma nova face. A reação foi rápida, o que demonstra já possuir um quadro de pessoas portadoras de um projeto novo, não só oportuno para o momento vivido pelo Partido, mas adequado para o momento histórico do país: o gramscismo.

Assim, no período de 30 de maio a 2 de junho de 1991, o Partido realizou o seu IX Congresso. Outra vez se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: a primeira, a dos *renovadores* sugerindo uma definição *renovada* de socialismo, a segunda, a dos *ortodoxos*, marxistas-leninistas conservadores, a terceira,

a que defendia um novo socialismo baseado na adaptação de Marx, Engels e Gramsci, e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira corrente saiu vitoriosa.

Assim, o velho *Partidão*, o *PC Bão*, vestiu roupagem nova, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação - Partido Popular Socialista (PPS). Passou a usar uma nova linguagem, como *pluralismo das esquerdas*, *democracia radical* e outras expressões muito próprias do vocabulário gramsciano como aparece na sua proposta de declaração política ao Congresso: *Para que a esquerda se credencie ao exercício da hegemonia, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma pauta estritamente econômico-corporativa, tornando-a apta a dirigir o país.*

O novo Partido argumenta com *categorias* de Gramsci mas não assume publicamente sua linha gramsciana, aliás como seus congêneres na Europa. Os ex-PC europeus têm agora outras denominações e outras siglas, mas também não revelam abertamente a sua linha revolucionária gramsciana.

AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E O GRAMSCISMO

O conhecimento da obra e do pensamento político de Antonio Gramsci não ficou restrito a alguns membros do PCB. Teve também difusão no meio político, principalmente após 1979, com o retorno ao país de muitos intelectuais e militantes de partidos e organizações de esquerda que se haviam refugiado principalmente na Europa. Os sinais de sua atuação e influência

já apareceram no início da década de 80, como difusão e uso geral de conceitos e *categorias* gramscianas nos meios de comunicação social, na manifestação artística, na atividade editorial e na linguagem política. O exemplo mais evidente é o uso que se tornou corrente da expressão *sociedade civil*. Igualmente, indicativo foi o surgimento no país, e cada vez mais difundidas, das denominadas organizações *não-governamentais* (ONG), muitas das quais nada mais são do que *aparelhos privados de hegemonia*, voluntários ou de grupos homogêneos, isto é, organizações não-estatais da sociedade civil.

A partir de 1990, foi crescente a penetração de Gramsci na universidade. Aliás, já há muito, essa era área de discussão e de influência do pensamento marxista. Sem dúvida, o meio acadêmico tem sido importante centro difusor do gramscismo.

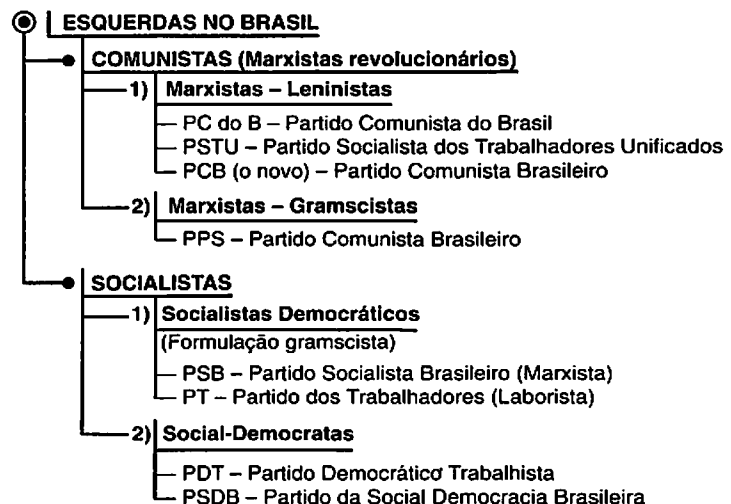
Na área política, os partidos de esquerda que repudiam, tanto o marxismo-leninismo quanto a social-democracia, não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou fazem

genéricas e retóricas referências aos seus conceitos ou simplesmente silenciam. Tentam passar um discurso social-liberal, social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado socialismo-democrático.

É instrutivo fazer um breve reconhecimento esquerda brasileira, destacando os partidos segundo suas posições estratégicas para a fundação do socialismo. De uma maneira mais ou menos arbitrária, a esquerda no Brasil pode ser classificada em dois blocos distintos como resumido no quadro sinóptico abaixo.

Evidentemente, os partidos indicados no quadro não são os únicos; há outros partidos e grupos políticos que compõem as esquerdas no Brasil.

Na área política, os partidos de esquerda que repudiam, tanto o marxismo-leninismo quanto a social-democracia, não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou fazem genéricas e retóricas referências aos seus conceitos ou simplesmente silenciam. Tentam passar um discurso social-liberal, social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado socialismo-democrático.



Pode-se verificar que, pelo menos, três partidos políticos trazem em suas definições ideológicas e programáticas conceitos gramscianos, ainda que não deixem claro a adoção plena da concepção revolucionária que corresponde à *guerra de posição*.

O Partido Popular Socialista (PPS) teria todas as qualificações e respaldo dos seus antecedentes de luta (duas tentativas concretas de tomada do poder) para pretender ser a vanguarda revolucionária da *transição para o socialismo*. Como partido político, porém, ainda não se restabeleceu dos golpes e contratempos que vem sofrendo desde 1964, estando falto de estrutura, prestígio e projeção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) demonstra mais eficiência e coerência na aplicação dos conceitos gramscianos, embora não seja uma organização ideologicamente marxista (sua concepção se aproxima mais do *nasserismo*). É notável o *protagonismo* e o desempenho dos seus *intelectuais orgânicos*, preparados e atuantes como dirigentes e educadores nos três níveis da estrutura partidária, como preconizado por Gramsci.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) abriga em seu interior membros com experiência revolucionária, bem como um corpo de intelectuais orgânicos. Estes estão concentrados na cúpula partidária. A identificação com Gramsci é mantida encoberta por uma aparência social-democrata de conveniência.

O BRASIL E A REVOLUÇÃO NO OCIDENTE

A estratégia revolucionária de Gramsci veio bem a calhar como uma *alternativa*

acabada ao marxismo-leninismo em crise e posto sob crítica desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, principalmente para o histórico PCB. Mas não foi só por esse aspecto imediato que o gramscismo veio a calhar. Efetivamente, a concepção de Gramsci veio também no momento histórico certo para o movimento revolucionário no Brasil.

O país, a partir de 1930, ganhou um projeto nacional que, apesar dos tropeços e de algumas descontinuidades, avançou consistentemente sob diferentes formas. Foi capaz de proporcionar, ao Brasil, magnífico progresso econômico (industrialização), político e social que se refletiu positivamente no desenvolvimento da *sociedade civil* e na modernização do capitalismo, embora com forte participação do Estado. Essa evolução abrangente chegou ao seu momento culminante nos anos 70, como resultado do programa de desenvolvimento econômico e social da Revolução de 1964.

Segundo os comentadores de Gramsci, o Brasil deixara de ser uma sociedade do *tipo oriental* e, definitivamente, se tornara uma sociedade do *tipo ocidental*. Concluívamente, o modelo revolucionário bolchevista ou marxista-leninista de assalto ao poder (*guerra de movimento*) já não se aplica adequadamente ao Brasil, mas preferentemente a nova e atualizada concepção da *guerra de posição*. E é isso, exatamente, o que se está desenrolando no Brasil.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou

o projeto do PCB de tomada do poder. A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como *ditadura militar fascista*.

A sensibilidade política do Partido Comunista Brasileiro (ainda fiel ao marxismo-leninismo) e das oposições em geral os levou à formulação de um projeto comum que era muito coincidente com a concepção estratégica de Gramsci para essa fase. Possivelmente, pesou a influência de intelectuais gramscistas que já apareciam no cenário das esquerdas. Os empreendimentos recomendados por Gramsci na fase econômico-corporativa foram, de certa forma, seguidos pelo PCB, ou seja, luta pela abertura política, eleições livres, anistia, redemocratização e constituinte.

Diferentemente, grupos açodados e radicais (*foquistas, trotskistas e maoístas*) optaram pela insensata luta armada, *guerra de movimento*, que não conseguiu ir além do terrorismo urbano. De qualquer modo, com a derrota das organizações armadas, o processo de abertura foi iniciado pelo próprio regime em 1979.

Em 1985, o país estava redemocratizado e, em 1988, com uma nova Constituição que, se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela.

Com a crise do comunismo soviético e seus reflexos no movimento comunista no

Brasil (a reformulação do PCB, transmutado em PPS, e a formação de outros partidos de inspiração gramsciana), estava terminada a fase econômico-corporativa e tinha início a fase de luta pela hegemonia (1991).

Agora, a atuação mais importante passa a ser dos *intelectuais orgânicos* e dos intelectuais tradicionais *adesistas*.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou o projeto do PCB de tomada do poder. A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como ditadura militar fascista.

Tirante o corpo de intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores que está bem estruturado e atuante em todos os níveis, os demais intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos *aparelhos privados de hegemonia*, nas ONG's,

nas comunidades (de moradores, de favelas, acadêmicas, de minorias, etc.) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, *moderna* e uníssona.

A luta pela hegemonia é desenvolvida em uma *frente popular* tácita, nem sempre muito coesa, que envolve praticamente todos os partidos de esquerda. Embora divergentes em determinados aspectos teóricos e práticos, têm pontos afins de atuação revolucionária. Os empreendimentos dessa fase gramsciana, envolvendo principalmente a reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho

hegemonico da burguesia, encontram correspondência na atuação dos partidos socialistas democráticos (não confundir com social-democratas) e na dos partidos marxistas-leninistas, particularmente no *trabalho de massa* destes, concretizando um amplo *pluralismo socialista* que, nesta fase, é bem-vindo por todos.

Podemos fazer uma breve e imediata constatação de alguns temas trabalhados e dos resultados já alcançados, particularmente em três empreendimentos: superação do senso comum; neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia e ampliação do Estado.

SUPERAÇÃO DO SENSO

O senso comum é o conjunto de opiniões aceitas pela generalidade das pessoas da sociedade, fazendo com que as discrepantes pareçam desajustadas.

A superação do senso comum significa a substituição e modificação de valores tradições, costumes, modo de pensar, conformidade religiosa e social, sentimentos e outros elementos que dão à sociedade coesão interna, consenso e resistência a mudanças ideológicas. Substituídos por outros, modificam significativamente o modo de pensar, de agir e de sentir das

pessoas, contribuindo para a reforma intelectual e moral de toda a sociedade.

Na sociedade brasileira, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o *presente e o passado* com aten-

ção, podemos constatar que, desde os anos 80, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem espontâneas, naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos, Mas, na verdade, são o resultado de uma penetração cultural bem

Na sociedade brasileira, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o presente e o passado com atenção, podemos constatar que, desde os anos 80, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem espontâneas, naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos, Mas, na verdade, são o resultado de uma penetração cultural bem conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

Vamos tentar identificar algumas dessas mudanças, apontando, inicialmente, as que não podem ser simplesmente atribuídas a uma natural evolução social e moral, para demonstrar a existência de um impulso de *direção consciente* por traz do fenômeno:

- O conceito de livre opinião (independência intelectual) está sendo substituído pelo conceito de *politicamente correto*. A legítima e franca opinião individual vai sendo socializada por substituição pela *opinião coletiva* politicamente (homogênea) correta (ética).

• O conceito de legalidade está sendo substituído pelo conceito de *legitimidade*. A norma legal perde a eficácia diante da violação dita socialmente legítima. A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédios públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a *reivindicações justas*.

• O conceito de fidelidade pessoal (dever e compromisso) é substituído pelo

• O conceito de sociedade nacional está sendo substituído pelo de *sociedade civil*. A comunidade como conjunto das pessoas interdependentes, com sentimentos e interesses comuns, passa a ser o espaço das classes em oposição. Embora não seja aparente, é a cena da luta de classes.

Além desses exemplos, há muitas outras *superações* do senso comum, menos evidentes (mas visíveis se apontadas) porque o *antes* e o *depois* já estão muito

Superação do senso comum (Induzida)

Sociedade Nacional	→	Sociedade Civil
Conservação	→	Mudança
Desenvolvimento	→	Conservação Ambiental
Livre Opinião	→	Politicamente Correto
Sociedade Multirracial	→	Sociedade Racista
Vulto histórico	→	Personagem Popular
Cidadão	→	Cidadania
Legalidade	→	Legitimidade
Direito Legal	→	Direitos Humanos
Vontade Nacional	→	Opinião Pública

de felicidade individual. O prazer (em oposição à solidariedade, ao altruísmo, à abnegação) é o critério do comportamento social e moral, moderno e livre.

• O conceito de cidadão está sendo substituído pelo conceito de *cidadania*. O termo cidadania perde o sentido de relação do indivíduo com o Estado, no gozo dos direitos civis e políticos e no desempenho dos deveres para com ele e passa a ser uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados.

afastados no tempo e porque já estão integradas, intelectual e moralmente, principalmente no senso comum dos mais jovens da sociedade:

• a *personalidade popular* como protagonista da história nacional em substituição ao vulto histórico, apresentado como opressor, representante das classes dominantes e criação da *história oficial*;

• a *história revisada* (na interpretação marxista) que substitui a História Pátria, o oficial (*invenção* do grupo dominante);

- a *união conjugal episódica* ou temporária e de pessoas do mesmo sexo em substituição à família estável e célula básica da sociedade;

- *ecletismo religioso* em substituição ao compromisso e fidelidade à igreja de opção.

- *moral laica e utilitária* em substituição à moral cristã e à tradição ética ocidental.

- *discriminação racial*, dita como sutil e disfarçada e como realidade que desmente a crença *burguesa ultrapassada* de tolerância e de sociedade multirracial e miscigenada. Esse conceito recente é interessante porque se tornou senso comum

- a *amoralidade* substituindo à ética tradicional que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais;

- os *direitos humanos* como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado);

- *satanização do bandido de colarinho branco*, identificado como burguês corrupto e fraudador do povo;

- a *opinião pública* como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes;

Mudança do senso comum (Expontânea)

PRECONCEITO	Estigmatização do opositor
INFORMABILIDADE	Abolição das regras burguesas de convivência social
AMORABILIDADE	
FELICIDADE PESSOAL	Negação da solidariedade social e da lealdade cívica
UNIÃO CONJUGAL EPISÓDICA OU TEMPORÁRIA	Neutralização da célula básica da sociedade burguesa
LIBERAÇÃO SEXUAL	
ECLETISMO RELIGIOSO (LAICISMO)	Esvaziamento do controle moral religioso

apesar de todas as ostensivas evidências de que é falso; resultado da *orquestração* (afirmação repetida);

- o *preconceito*, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes;

- a *informalidade* em substituição à convenção e à norma social que pressupõe vinculação institucional e à tradição;

- a *mudança* como valor superior à conservação;

- a *ecologia* como projeto superior ao desenvolvimento econômico (*especulação* capitalista burguesa) e social e

- organização popular (aparelho privado não-estatal, *eticamente*, superior ao organismo estatal burguês.

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos

de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, a cátedra acadêmica e o magistério em geral.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta desses intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum, porém é efetivamente um elemento desencadeador do fenômeno, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências.

NEUTRALIZAÇÃO DAS "TRINCHEIRAS" DA BURGUESIA

De um modo superficial, mas apoiados nas indicações de Gramsci, podemos reconhecer as *trincheiras* do grupo dominante, da burguesia brasileira, identificando-as no conjunto das organizações estatais, da sociedade política e das organizações privadas

da sociedade civil. Indicamos apenas algumas das mais significativas: o Judiciário; o Congresso; o Executivo (Governo); os Partidos Políticos Burgueses; as Forças Armadas; o Aparelho Policial; a Igreja Católica e o Sistema Econômico Capitalista.

A neutralização, se possível a eliminação, dessas *trincheiras* é predominantemente uma guerra psicológica (mas não só esta) visando a atingi-las e a miná-las como já vimos anteriormente, por meio do: enfraquecimento, pela desmoralização, desarticulação e perda de base social, política, legal e da opinião pública; esvaziamento, pelo isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético (*denuncismo*), quebra da coesão interna, *dissidência interna*; constrangimento e inibição por meio do "patrulhamento", penetração ideológica, infiltração de intelectuais orgânicos.

Num modelo de guereamento psicológico, vamos resumir a constatação das idéias-força (objetivos) da penetração cultural e os temas explorados para realizá-las:

"TRINCHEIRAS"	IDÉIA-FORÇA	TEMAS EXPLORADOS
JUDICIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumento de opressão - Parcialidade - Ineficiência - Improbidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Favorecimento dos ricos; - Privilégio dos burgueses; - Impunidade dos ricos e dos "colarinhos brancos"; - Lentidão funcional; - Corrupção e privilégios dos magistrados.
CONGRESSO	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência - Improbabilidade - Parasitismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Privilégios; - Ociosidade; - Escândalos; - Barganhas; - Falta de espírito público.

<p>EXECUTIVO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência - Autoritarismo - Improbidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Conduta autoritária; - Abuso de autoridade; - Corrupção; - Escândalos.
<p>PARTIDO POLÍTICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de representatividade - Legenda de "aluguel" - Ambição pessoal - "Fascismo" 	<ul style="list-style-type: none"> - "Fisiologismo"; - Falta de programa; - Corrupção; - Verbas da campanha; - Escândalos.
<p>FORÇAS ARMADAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência - Desnecessidade - Ônus para o país - "Fascismo" 	<ul style="list-style-type: none"> - Destinação; - Acidentes de trabalho; - Escândalos; - Golpismo e ditadura; - Tortura.
<p>APARELHO POLICIAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência - Truculência - Improbidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma e extinção da Polícia Militar; - Escândalos; - Envolvimento no crime; - Violência; - Corrupção.
<p>IGREJA CATÓLICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Anacronismo da moral cristã - Opressão moral e intelectual - Aliança com o poder 	<ul style="list-style-type: none"> - Celibato clerical; - Escândalos sexuais; - Inflexibilidade doutrinária; (homossexuais, aborto, controle de natalidade, indissolubilidade do matrimônio); - A inquisição; - Papel político-histórico; - Devoções populares e culto de leigos (fora das Igrejas)
<p>CAPITALISMO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão de classes e exploração do proletariado urbano e camponeses - Imperialismo - Má divisão da renda 	<ul style="list-style-type: none"> - Greves e protestos; - Domínio econômico; - Ambição e abuso; - Injustiça social; - Neo-liberalismo; - Globalização; - Desemprego.

Todos os meios de formação do novo senso comum são também aqueles que se engajam na luta pela neutralização do *aparelho hegemônico burguês*. Todavia, os elementos principais são os órgãos de comunicação de massa, não só os que estão sob controle dos intelectuais orgânicos mas ainda os outros que acompanham a "pauta" destes, para não perderem a audiência ou os leitores dos seus veículos de divulgação.

Os órgãos da mídia *orgânica* mantêm uma pauta permanente abrangendo os temas a serem explorados. Quando os acontecimentos não trazem por si só os escândalos, a corrupção, as denúncias e os fatos e acidentes propícios à utilização, os assuntos são trazidos a público, periodicamente, por meio de artifícios jornalísticos, mantendo a *orquestração*. Não raro, estes artifícios se valem da meia-verdade, da verdade manipulada, da armação e até da inverdade.

Os meios de comunicação social privados e estatais da burguesia, são também *trincheiras* que devem ser neutralizadas com prioridade.

O ESTADO AMPLIADO

A *ampliação* do Estado, isto é, a absorção deste pela sociedade civil, segundo a estratégia de Gramsci, deve ser iniciada ainda na fase de luta pela hegemonia, antes mesmo da tomada do poder.

Objetivamente, esse empreendimento é conduzido pela *sociedade civil organizada*, mais precisamente, pelos *aparelhos privados de hegemonia* das classes subalternas e dos seus aliados. A *ampliação* se dá à medida em que esses aparelhos (organizações) vão assumindo certas funções estatais. Por isso, as chamadas organizações vo-

luntárias não-estatais têm proliferado, muitas sob a denominação genérica de *organizações não-governamentais* (ONG), cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida. Mas o fato é que seus recursos não são poucos, antes são abundantes e suficientes para financiar os mais variados projetos e iniciativas e para manter um grande número de pessoas ativas sob os títulos de ambientalistas, especialistas, defensores disto e daquilo, pacifistas, etc. Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação social.

Em termos de efetiva *ampliação do Estado*, já é visível o papel das ONG no exercício de algumas funções públicas. Inicialmente, ainda nas áreas limiares, entre a fraca função ou a omissão estatal e a iniciativa dos *indivíduos privados*: ambientalismo, direitos humanos, educação, saúde, administração de comunidades e, até mesmo, segurança pública. Na maioria dos casos ainda têm forma de atuação reivindicatória e controladora do governo e dos governantes como, por exemplo, protesto e obstrução a determinadas iniciativas do Estado e a exigência de *amplo debate* e de *audiência* antecipada da sociedade civil como condição prévia para a realização de determinadas obras públicas e projetos sociais.

O mais significativo, porém, é o crescente número de convênios entre o Governo e organizações não-governamentais para a realização principalmente de projetos sociais e preservacionistas. Esses convênios, além de levarem recursos públicos às entidades da sociedade civil organizada, são a maneira mais eficiente, embora lenta e discreta, de realizar a *ampliação do Estado*.

Essas novidades que, à generalidade das pessoas, podem passar por uma moderna evolução da democracia, na verdade são parte da concepção gramsciana de transição para o socialismo.

Hoje em dia, a concepção revolucionária marxista-leninista já não é a única. Superando Lenine, sem o negar, entretanto, Antonio Gramsci propôs uma nova estratégia de transição para o socialismo. Após o colapso do comunismo soviético, suas idéias passaram a ter especial interesse em todo o mundo como uma alternativa e como um modelo revolucionário próprio para as sociedades do tipo *ocidental*.

Por isto, a estratégia gramscista é hoje adotada por uma importante parcela da esquerda marxista brasileira e vem tendo um significativo êxito na sua aplicação prática, particularmente, a partir de 1980. Os avanços revolucionários chegaram a um ponto tal que alguns intelectuais democratas acham que já é irreversível.

Sem chegar a tal pessimismo, também as pessoas esclarecidas têm manifestado grande preocupação com a evolução política e moral do país. Realmente, a mudança induzida do senso comum, geralmente atribuída sem muito critério, a uma amoralidade e tendenciosidade ideológica da mídia, é parte de uma intencional reforma intelectual e moral da sociedade conduzida no processo revolucionário gramscista. Já atingiu extensão e profundidade tais que produziram estragos mo-

rais e culturais irreversíveis ou de reversão demorada e extremamente penosa.

Entretanto o movimento revolucionário, como tal, apresenta deficiências e vulnerabilidades que, exploradas inteligentemente, permitem ainda a sua contenção e reversão. Mas, se a sociedade nacional permanecer como espectadora impassível, complacente e até mesmo simpática à reforma intelectual e moral que vem sofrendo, certamente a revolução marxista-gramscista será vitoriosa a médio prazo.

E assim, o Brasil será o exemplo histórico de ter sido o primeiro país no mundo onde a concepção gramscista de tomada do poder terá tido êxito.

O socialismo marxista, portanto, é uma nova ordem econômica, política e social que supera o capitalismo e que serve de berço para a transformação revolucionária que, num dado momento histórico, produz o advento do comunismo; para Gramsci, sociedade regulada.

Uma constatação oportuna: a luta pela hegemonia, que deveria ter por objetivo elevar as classes subalternas e torná-las grupo dirigente, se tem notabilizado mais pela realização da hegemonia de uma difusa classe constituída dos intelectuais orgânicos, os neo-marxistas brasileiros. Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adesistas ou ingênuos por aliados, *inocentes úteis* ou *companheiros de viagem*, já constituem uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o

***Uma constatação oportuna:
a luta pela hegemonia, que deveria
ter por objetivo elevar as
classes subalternas e torná-las
grupo dirigente, se tem notabilizado
mais pela realização da hegemonia
de uma difusa classe constituída
dos intelectuais orgânicos,
os neo-marxistas brasileiros.***

monopólio do discurso, exercem a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. Agem exatamente como *homem coletivo*, elaboração ideológica da vontade e do pensamento em conjunto. Esse fenômeno é um sinal premonitório de que a utópica sociedade *dos livres produtores associados* da concepção gramsciana, depois da tomada do poder, vai ceder lugar ao socialismo real, sob domínio de uma *nomenklatura* de partido ou de uma *intelligentsia* da intelectualidade dirigente. Poderá vir a ser um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão.

Se a *sociedade nacional* tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de formar um novo *Centrão*, mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988.

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou uma nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Essa linha convive com o pensamento e a prática política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços numa assumida postura tática de *pluralismo das esquerdas*. O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na

sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio que se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada do poder (passagem da *guerra de posição* para a *guerra de movimentos*), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la.

Creio que as duas citações abaixo fazem a síntese desta tradução da concepção estratégica de Gramsci:

Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada guerra de posição.

Nelson Carlos Coutinho

Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal - a decisiva - já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder.

Olavo de Carvalho

Gramsci antecipa que a vitória alcançada na guerra de posição é definitiva. ●